

# O Essencial da Arquitetura e Urbanismo

Jeanine Mafra Migliorini  
(Organizadora)



 **Atena**  
Editora

Ano 2018

Jeanine Mafra Migliorini  
(Organizadora)

# O Essencial da Arquitetura e Urbanismo

Atena Editora  
2018

2018 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Geraldo Alves e Natália Sandrini

Revisão: Os autores

#### Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista  
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie di Maria Ausiliatrice  
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

E78	O essencial da arquitetura e urbanismo [recurso eletrônico] / Organizadora Jeanine Mafra Migliorini. – Ponta Grossa (SP): Atena Editora, 2018.  Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-85107-60-4 DOI 10.22533/at.ed.604182310  1. Arquitetura. 2. Planejamento urbano. 3. Urbanismo. I. Migliorini, Jeanine Mafra.  CDD 720
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

O conteúdo do livro e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2018

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

Arquitetura é expressão artística que transmite valores, ideias, concepções do período que acontece, tem implicações na sociedade, e por ela é influenciada, e por isso, pode ser apontada como guardiã de uma estrutura cultural. A maneira de ver e pensar a arquitetura é resultado do contexto histórico que se insere. Discutir arquitetura é discutir cultura, arte, sociedade.

A cidade é o lugar de acontecimento da arquitetura, por isso ela está entre as mais públicas expressões artísticas, forma não verbal de expressão coletiva, elemento de ligação, e simultaneamente separação, do privado e do público; a sua concretização, em forma de edificações, compõem as cidades. Através da arquitetura, suas alterações e ressignificações, analisamos a dinâmica da cidade na história. Suplantando essas mudanças, só é possível reconhecer um ambiente, uma paisagem urbana, se nela permanecerem elementos remanescentes de outras épocas. A paisagem urbana, e conseqüentemente sua arquitetura, é o resultado das relações entre o homem e o meio ambiente, é dinâmica, se altera conforme se modificam os usos do espaço.

Esses apontamentos são reflexões que nos permitem a compreensão do contexto em que se implantam as discussões sobre arquitetura, paisagem urbana, preservação, e demais possibilidades atreladas ao assunto. São discussões necessárias para a apreensão do espaço e de que maneira deve-se atuar sobre ele. Quando analisamos nossa realidade, a comparamos com o passado e fazemos previsões para o futuro, podemos perceber onde há necessidade de intervenção. Neste sentido surgem as discussões deste livro, que buscam, através dos mais variados temas nos colocar diante de uma realidade que precisa ser percebida por todos, para que possamos atuar de maneira significativa no contexto que vivemos.

Boa leitura e muitas reflexões!

Prof.<sup>a</sup> Jeanine Mafra Migliorini

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CRIATIVIDADE NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE PROJETO DE ARQUITETURA: ALGUNS ELEMENTOS DE DISCUSSÃO	
<i>Gleice Azambuja Elali</i> <i>Maísa Fernandes Dutra Veloso</i>	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>15</b>
CASAS SHODHAN E THIAGO DE MELLO: COMPARAÇÃO ENTRE OBRAS DE DOIS MESTRES DA ARQUITETURA MODERNA	
<i>Silvia Lopes Carneiro Leão</i>	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>34</b>
ANÁLISE DAS DIFERENTES TIPOLOGIAS DO USO NO TIJOLO NA CONSTRUÇÃO DO CONJUNTO ARQUITETÔNICO DA POMPEIA	
<i>Cristiane Leticia Oppermann Thies</i> <i>Clarissa de Oliveira Pereira</i> <i>Fernanda Peron Gaspary</i>	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>45</b>
ENTRE O DISCURSO E OS ELEMENTOS OBJETIVOS QUE DESCREVEM A FORMA DO MUSEU GUGGENHEIM DE GEHRY	
<i>Luciana Sandrini Rocha</i> <i>Adriane Borda Almeida da Silva</i>	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>60</b>
MUSEUS COMO FENÔMENO DE MASSAS: ARTE, ARQUITETURA E CIDADE	
<i>Bianca Manzon Lupo</i>	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>72</b>
O ESTADO-DA-ARTE DE LUGAR: EVOLUÇÃO DE UM CONCEITO	
<i>Lineu Castello</i>	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>82</b>
EXPERIÊNCIA EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITATS DE REFORMA AGRÁRIA: UNIVERSIDADE, ESTADO E MOVIMENTO SOCIAL	
<i>Maria Cândida Teixeira de Cerqueira</i> <i>Amadja Henrique Borges</i> <i>Cecília Marilaine Rego de Medeiros</i>	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>98</b>
O CORPO E A NARRATIVA DA CIDADE: DOS PRIMOS HOFFMANNIANOS A MARCOVALDO	
<i>Ricardo Luis Silva</i>	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>111</b>
PAISAGEM URBANA E ANÁLISE MORFOLÓGICA DE ANÁPOLIS A PARTIR DE TRÊS PARQUES PÚBLICOS	
<i>Wilton de Araujo Medeiros</i> <i>Jean Carlos Vieira Santos</i>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>128</b>
A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA CIDADE FRENTE AOS GRANDES PROJETOS URBANOS: REFLEXÕES SOBRE O PROCESSO DE REESTRUTURAÇÃO DAS ÁREAS PORTUÁRIAS DE AUCKLAND E PORTO ALEGRE	
<i>César Wagner</i> <i>Lúcia Camargos Melchioris</i>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>144</b>
RIO PARAIBUNA: PAISAGEM, ESPAÇOS LIVRES E FERRAMENTAS DE ANÁLISE DO TERRITÓRIO	
<i>Lívea Rocha Pereira Penna</i> <i>Antonio Ferreira Colchete Filho</i>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>156</b>
PAISAGEM CULTURAL FERROVIÁRIA, PATRIMÔNIO INDUSTRIAL E ÓRGÃOS DE PRESERVAÇÃO	
<i>Luciana Massami Inoue</i>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>173</b>
CIDADE E ESPORTE: PAISAGEM E ESPAÇO PÚBLICO EM CENA	
<i>Karliane Massari Fonseca</i> <i>Marcelo Ribeiro Tavares</i> <i>Lucia Maria Sá Antunes Costa</i> <i>Antonio Colchete Filho</i>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>182</b>
A REPRESENTAÇÃO DAS FAVELAS NO MAPEAMENTO E INFORMAÇÃO DO TURISMO NO RIO DE JANEIRO	
<i>Núbia França de Oliveira Nemezio</i> <i>Fernanda Gomes de Oliveira</i>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>197</b>
A MEDIDA DE CENTRALIDADE POR PROXIMIDADE E SUAS RELAÇÕES COM A FORMA URBANA	
<i>Daniel Trindade Paim</i> <i>Ana Paula Neto de Faria</i>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>213</b>
AVALIAÇÃO “PORÇÃO NOROESTE” EM RELAÇÃO A OCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE SENADOR CANEDO EM GOIÁS: ESTUDO DE CASO	
<i>Antônio Henrique Capuzzo Martins</i> <i>Beatriz Ribeiro Soares</i> <i>João Dib Filho</i>	

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>223</b>
VAZIOS URBANOS E SEUS NOVOS USOS: REFLEXÕES PARA A FORMA URBANA DE FORTALEZA (CE)	
<i>Emanuel Ramos Cavalcanti</i>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>241</b>
URBANISMO SUSTENTÁVEL: HÁ UM CAMINHO BRASILEIRO?	
<i>José Almir Farias Filho</i>	
<i>Denise Barcellos Pinheiro Machado</i>	
<b>SOBRE A ORGANIZADORA</b> .....	<b>253</b>

## EXPERIÊNCIA EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITATS DE REFORMA AGRÁRIA: UNIVERSIDADE, ESTADO E MOVIMENTO SOCIAL

### **Maria Cândida Teixeira de Cerqueira**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Natal - Rio Grande do Norte

### **Amadja Henrique Borges**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Natal - Rio Grande do Norte

### **Cecília Marilaine Rego de Medeiros**

Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Natal - Rio Grande do Norte

**RESUMO:** Este artigo apresenta as contribuições teórico-metodológicas do método “Desenho do Possível”, a partir do seu processo de formulação, através da experiência de assistência técnica da Universidade (UFRN) ao Movimento Social (MST) e ao Estado (INCRA). A parceria entre os três agentes acontece desde 1994, dirigida aos habitats dos assentamentos de reforma agrária. O caminho dessa análise incide sobre seu referencial teórico, baseado em Henri Lefebvre e Paulo Freire, que fundamentam seu enfoque participativo e educativo, buscando transformação e troca de conhecimentos. Aborda-se a trajetória desta metodologia, através dos seus principais momentos, desenvolvidos a partir do ensino, pesquisa e extensão e do envolvimento da teoria com a práxis dos participantes, avaliando-se as consequências para além da assessoria técnica e social. Para o MST, a atuação nesses processos

clareia sua compreensão do espaço construído e a importância para a sua organicidade. Para a Universidade, constitui a oportunidade para aprimorar o enfrentamento dos conflitos entre o saber técnico e o popular; entre o desejo de mudança e os vícios adquiridos no vivido; e possibilidades de contribuir com a autogestão para a qualificação do habitat no campo. Para o Estado, demonstra a possibilidade de efetivar os habitats do campo através de um processo participativo e multidisciplinar, além de apontar para a necessidade de uma política equânime para habitação de interesse social na cidade e no campo. Esta metodologia, com a universalização da Lei de Assistência Técnica, poderá contribuir com o incentivo à produção de habitats rurais e urbanos, através dos mutirões assistidos e autogeridos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Habitat de Interesse Social. Assistência Técnica da Universidade. Assentamentos de Reforma Agrária.

**ABSTRACT:** The project has the purpose of explaining the theoretical and methodological contributions of the “Desenho do Possível” (design of possible) method, starting from the presentation of its formulation process, by the experience of university’s technical assistance to Social Movement (MST - Landless worker’s movement) and to State (INCRA). The partnership between those three agents happens

since 1994 and is directed to social interests scope of the countryside inhabitants, especially the land reform agricultural units. The path to this analysis focuses in its theoretical referencial, based in Henri Lefebvre and Paulo Freire ideas, that substantiate their participative, educative and changeable focus. The construction trajetory of this methodology is approached through its main moments, developed from the teaching, extension and research activities and the involvement of the theory with the participants praxis. Within more than 20 years of acting the consequences for people involved with the partnership are perceived for beyond a qualified technical and social assessor. For MST (Landless worker's movement), the acting in these processes clarifies its constructed space comprehension and its importance for the organicity. For the University the opportunity to improve the coping conflicts between the technical and the popular knowledge; between the desire of change and the addictions aquired in living; and in the possibilities of contributing with self-management for the improvement of the countryside social interest scope is built. For the State, the possibility of accomplishing conception, planning and execution of countryside habitats through a participative and multidisciplinary process and also the indication of the need of a equitable politics for social interest housing in city and in countryside, is demonstrated. This methodology, with the universalization of the Technical Assistance Law, will be able to contribute with urban and rural habitats creation, through assisted and self-managed free aid.

**KEYWORDS:** Social Interest Habitat. University's Technical Assistance. Land Reform Agricultural Units.

## 1 | INTRODUZINDO O DEBATE

A história da luta pela assistência técnica à habitação de interesse social em nosso País se faz recente. Na década de 1960 acontece o Seminário Nacional de Habitação e Reforma Urbana, em Petrópolis/RJ. Iniciativa do Instituto de Arquitetos do Brasil, tem como pauta as reformas sociais, como a questão da produção da cidade e da moradia.

Na década de 1970, ainda no contexto da Reforma Urbana, discute-se sobre a moradia popular. Em 1976 acontece uma das primeiras iniciativas voltada a garantir assistência técnica gratuita para as famílias de baixa renda, a partir da contratação de profissionais habilitados para a construção das moradias: Assistência Técnica à Moradia Econômica (ATME). Idealizada por Clóvis Ilgenfritz, foi viabilizada pelo Sindicato dos Arquitetos do RS em parceria com o então Conselho Regional de Engenharia de Arquitetura.

Destaca-se a década de 1980, com uma maior organicidade dos movimentos de Reforma Urbana e dos Sem Teto, assim como sua possibilidade de interlocução com as prefeituras eleitas por partidos e organizações progressistas ao final do período da Ditadura Militar. Segundo Cerqueira (2009), os movimentos pressionavam o Poder Estatal e buscavam assessoria técnica de profissionais para auxiliá-los em suas reivindicações, sobretudo o de ter acesso à moradia digna. Assim, em fins

dessa década, surgem as primeiras propostas elaboradas a partir dessas discussões: programas habitacionais, urbanização de favelas, compras de terrenos e construção de casas, com a participação dos usuários através do mutirão autogerido e assistência técnica.

No contexto dessas iniciativas, percebe-se o pioneirismo e o protagonismo das entidades de ensino e dos sindicatos. Escolas de Arquitetura e Urbanismo proliferam-se em quase todo o território nacional, comprometidas com o movimento sindical, institutos da categoria, entidades não governamentais e prefeituras envolvidas com os interesses da Reforma Urbana e da Reforma Agrária, permanecem atuando nessa perspectiva. Como exemplo tem-se a experiência do Departamento de Arquitetura (DARQ) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN): criado em 1973, desde a década de 1980 participa de experiências de assistência técnica no urbano e, a partir de 1994, de modo pioneiro, no campo, por meio do Grupo de Estudos em Reforma Agrária e Habitat (GERAH).

Em continuidade à luta pela assistência técnica, em 2001, por meio de emenda à Constituição de 1988, a moradia é tratada como um direito social dos brasileiros. Desse modo, gera-se no Poder Público o dever de oferecer à população de baixa renda habitação digna, potencializando-se a necessidade de meios legais para tal.

Em 2005, no âmbito do Fórum Mundial Social, discute-se sobre a universalização da assistência técnica gratuita. A partir desse evento, em 2006, as entidades envolvidas com a assistência técnica organizam seminários por todo o país com a intenção de ampliar a discussão e regulamentar a assistência técnica gratuita à habitação de interesse social, tendo como referência o projeto de Lei 6.981/2006. Após extensivo debate nacional, em 24 de dezembro de 2008 foi promulgada a Lei 11.888 (Lei de Assistência Técnica): assegura às famílias de baixa renda, residentes em áreas urbanas ou rurais, assistência técnica pública e gratuita para o projeto e construção de habitação de interesse social.

Desse modo, tem-se agora o instrumento legal para promover a tão necessária assistência técnica. A regulamentação da mesma nas diversas instâncias de governo deveria torná-la exequível. Se no urbano sua utilização se concretiza lentamente, no campo a situação é ainda mais grave. Pouco tem sido feito, especificamente, nos assentamentos rurais da chamada Reforma Agrária.

Como já mencionado, buscando contribuir para modificar essa realidade, desde 1994 o Grupo de Estudo em Reforma Agrária e Habitat (GERAH) do DARQ da UFRN vem realizando ações de assessoria técnica ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Superintendência do Instituto Nacional de Cidadania e Reforma Agrária (INCRA) no Rio Grande do Norte (RN). Por meio do ensino, projetos de pesquisa e de extensão, vem imergindo no estudo do habitat do campo dos movimentos sociais e, mais recentemente, de comunidades tradicionais quilombolas. Envolvendo professores, pesquisadores, colaboradores externos e estudantes da graduação e da pós-graduação em suas ações, parte da Arquitetura e Urbanismo e se articula com

áreas do conhecimento correlatas. Sua atuação ocorre do planejamento à execução de diversas ações relativas à produção do espaço e habitat – e não somente a habitação – dos assentamentos rurais. Para tanto, utiliza-se da metodologia “O Desenho do Possível”, desenvolvida pelo próprio Grupo.

Desse modo, o presente trabalho tem como objetivo buscar as características do “Desenho do Possível” discutidas através do seu processo de concepção via experiência de assessoria técnica do GERAH/DARQ/UFRN ao INCRA/RN e ao MST. Numa perspectiva crítica, pretende-se apreender o que pode ser transportado para outros contextos, com a introdução da Lei de Assistência Técnica, tanto na cidade como no campo.

O caminho de sua análise acontece a partir do referencial teórico, utilizando documentos e materiais elaborados pela parceria: produção técnica a trabalhos científicos; normativos governamentais; processos; mapas; registros fotográficos; e informações coletadas por meio de conversas com os agentes que estiveram envolvidos.

Assim, a abordagem a seguir se dá a partir da trajetória de um grupo de estudos através de seus principais momentos: Do Ensino à Extensão; Pesquisa; Extensão x Pesquisa x Ensino. Na sequência, são destacados os avanços e entraves produzidos nos agentes da parceria e as possibilidades de utilização da referida metodologia para a construção dos habitats após a apropriação dos movimentos sociais, de fato, da Lei de Assistência Técnica.

## 2 | O DESENHO DO POSSÍVEL

A metodologia formulada pelo GERAH apresenta como principal referência metodológica Henri Lefebvre, por meio do método regressivo-progressivo e parâmetros de intervenção concebidos enquanto reflexo do vivido, das expectativas e da organização do MST, considerando a valorização da vida cotidiana e dos momentos de ruptura (transgressões, festas e luto/transformação). Concebe-se, também, a indissociabilidade entre a teoria e a práxis e a vinculação entre o ensino, extensão e pesquisa. Com técnicas de planejamento participativo, são utilizadas ações educativas baseadas em Paulo Freire e Carlos Brandão, a partir de troca de conhecimentos e referências entre os mesmos, em perspectiva dialógica. A construção coletiva e horizontal acontece em todas as etapas.

Dentre as diversas linhas de pesquisa estão: os procedimentos específicos em equipes multidisciplinares para a elaboração do parcelamento do solo dos assentamentos; habitats; habitações (projetos novos e reformas/melhorias); áreas comunitárias e equipamentos.

As ações referentes à intervenção no espaço têm início com o conhecimento da situação presente no local. Assim, realizam-se estudos relativos à compreensão

da apropriação dos assentados da sua história recente, da realidade de seus últimos habitats - antes e após sua inserção no Movimento -, assim como sua organização interna, normativos e ações que interferem na vida cotidiana dos assentamentos.

Como segundo momento, tem-se a aproximação entre os segmentos envolvidos, de forma que compartilhem suas concepções e tomem as decisões em comum. São, também, planejadas oficinas, cursos, assembleias e demais ações, assim como definidos cronogramas de atuação. Considerando-se que existem diferenças entre as lideranças e bases políticas do Movimento, assim como entre os dirigentes e técnicos das instituições públicas envolvidas, busca-se adaptar instrumentos e técnicas a cada segmento, assim como às condições locais. Os conflitos fazem parte dos processos e ocorrem, na maioria das vezes, por despreparo de instâncias burocráticas para lidar com movimentos sociais, falta de infraestrutura ou mesmo por motivos externos ao objeto.

Assim, “O Desenho do Possível” vem sendo construído no decorrer desses mais de 20 anos de atuação. Ele formula e reformula os parâmetros utilizados, na medida em que suas experiências são avaliadas e sua fundamentação teórica realimentada. Na sequência, apresenta-se como esse processo vem se constituindo, quanto aos principais momentos da sua parceria com o MST e o INCRA.

Nessa parceria o GERAH/UFRN assume o papel de fornecer orientação técnica nas áreas da Arquitetura e Urbanismo e correlatas. Em alguns momentos, também atua na mediação dos conflitos existentes. O MST se faz responsável pela organicidade, orientação e direção das ações do coletivo, controle do processo organizativo e a administração dos conflitos. Aos assentados cabe a análise da situação presente e a decisão sobre o rumo do processo. Já o INCRA/RN tem a responsabilidade institucional de operacionalizar as políticas públicas: acompanhar as ações, fiscalizar e controlar os recursos públicos aplicados. No mesmo modo, em determinadas situações, também media os conflitos e participa das decisões.

## **2.1 Do ensino à extensão (1994 a 1996)**

Em 1994, quatro anos após sua chegada ao RN, e um ano após a conquista de parte da Fazenda Zabelê, o MST busca o apoio da Associação dos Docentes da UFRN (ADURN), Sessão Sindical do ANDES (Sindicato dos Docentes das Instituições de Ensino Superior). A então presidente da entidade e professora do CAU, Cristina Moraes, propõe a inclusão de seus assentamentos no campo empírico das disciplinas de assessoria aos movimentos sociais, ministradas pelos professores Amadja Henrique Borges e Rubenilson B. Teixeira. Surge a parceria, agregando-se o INCRA-RN, executor das políticas públicas para os assentamentos.

Pouco se sabia, então, das possibilidades de intervenção do arquiteto e urbanista em espaços agrários, muito menos em assentamentos humanos de dimensões semelhantes a muitas sedes de pequenos municípios, controvertidamente

consideradas “urbanas” pelo IBGE.

Para concretizar os caminhos metodológicos que os professores e estudantes deveriam seguir, foram muitas as descobertas e estudos: os assentamentos eram compostos de áreas de reserva legal (20%); de produção coletiva e familiar (lotes de trabalho; e a chamada “agrovila” - habitat, para o método -, formada por lotes de moradia, espaços livres públicos e equipamentos coletivos). Cabia ao poder municipal se responsabilizar pela infraestrutura, equipamentos e serviços. O acesso pelas estradas carroçáveis era precário, os serviços irrisórios, as exigências ambientais se limitavam à reserva de 20% da área, sem a preocupação com a preservação de espécies da fauna e da flora. A configuração espacial não contemplava, tão pouco, as necessidades da vida cotidiana dos seus moradores. Suas habitações seguiam um modelo com pouquíssimas variações e suas construções eram de péssima qualidade, quer construídas por empreiteiras ou por autoconstrução. A relação entre as áreas de trabalho, equipamentos e habitat também era realizada sem planejamento: sem considerar distâncias, segurança e acesso à infraestrutura. Alguns deles não tinham possibilidade de água dessalinizada.

Nesse período, atuou-se nos Assentamentos Zabelê (1994), Santa Terezinha (1995), Modelo e Terra Trabalho e Liberdade (1996) de forma propositiva. No primeiro, conseguiu-se diminuir as distâncias a serem percorridas diariamente pelas 320 famílias, distribuindo-as em três núcleos, influenciando o desenho dos mesmos: aproximando os moradores dos serviços e equipamentos; preservando-se parte da mata nativa; e evitando que as estradas vicinais passassem dentro do habitat.

No segundo, trabalhou-se no projeto do parcelamento à organização do processo construtivo. Aprovado por todos os parceiros, foi destruído por iniciativa de técnicos do INCRA, que persuadiram o então presidente da associação do assentamento contra o uso do solo-cimento, nos projetos de habitações adaptados ao tamanho das famílias, e à permanência da assessoria técnica. Porém, os assentados se apropriaram da orientação. Assim, o projeto final do habitat levou em consideração: à proteção contra os antigos proprietários; evitar áreas de inundação; e incorporar varandas ao projeto padrão.

No terceiro foi concebido o desenho participativo do habitat provisório. Verificou-se, posteriormente, que seus moradores seguiram a mesma orientação quando da escolher de seus dois habitats definitivos. Na quarta intervenção, o projeto do habitat foi executado, apesar dos modelos das casas permanecerem no padrão INCRA.

Além dessas 4 intervenções, fez-se o levantamento preliminar da situação dos habitats e de suas habitações nos demais assentamentos existentes no RN até 1996, a partir das variáveis formuladas pelo método em elaboração.

## **2.2 Pesquisa (1997 a 2002)**

O enfoque de assessoria ao MST gerou duas teses tendo o rural como foco. Uma sobre a história das pequenas cidades do Estado e outra sobre a tipologia do habitat dos

assentamentos no RN e SP. Naquele momento buscava-se estudar aquele Movimento para que a forma de seus habitats pudesse contribuir para sua organicidade. Tendo conhecimento sobre os assentamentos do RN, todos concentrados, era intrigante que em São Paulo, onde estava, então, sua direção política, a maioria dos habitats fosse dispersa (moradia nos lotes de trabalho). Como podiam se organizar ou acessar a escola, por exemplo?

Assim, como consequência, desenvolve-se uma tese de Arquitetura e Urbanismo com mergulhos na Geografia Agrária e aprofundamento teórico sobre a vida cotidiana e a obra do filósofo Henri Lefebvre. O estudo desse autor possibilitou a compreensão de como o habitat pode ser apropriado por seus usuários; a importância da práxis para o pesquisador e o papel do professor nas possibilidades da transformação do cotidiano dos estudantes e dos movimentos sociais. Esse último, naquele momento, representado pelo MST que, segundo Gohn (1995), correspondia ao movimento social mais importante do século XX. Sobre os problemas agrários no País e sua história observou-se as contribuições de Oliveira (1990), Iani (1978), Martins (1993), dentre outros. Como campo empírico escolheu-se os assentamentos ocupados pelo MST no RN (10 unidades) e em SP (50 unidades), da sua criação à 1996, ano do primeiro Censo de Reforma Agrária.

Quanto à tipologia dos habitats, utilizou-se como referência Mendras (1978), que os classificava em dispersos ou concentrados. Para os assentamentos, foram incluídos os mistos, onde coexistem as duas tipologias: assentados vivendo nos lotes de trabalho e nos de moradia. Assim, foram utilizadas essas categorias para identificar os assentamentos estudados. Os do RN, todos concentrados, foram diferenciados pelo seu número de habitats: um (Marajó); dois (Modelo); ou três (Zabelê). Já em SP a maioria corresponde ao disperso. Contudo, quando havia cooperativas de produção (Agrovila Campinas) ou se tratava de reassentamentos (no caso de Itapeva/Itaberá), experiências específicas dos órgãos responsáveis (INCRA ou ITESP) ou do próprio grupo de origem, aconteciam os habitats concentrados e/ou mistos. Em 2001, o Movimento lança proposta de tipologias, todas baseadas na realidade das regiões Sul e do Sudeste e propõe estudar uma proposta para o Nordeste.

Partindo dos conceitos e processo metodológico utilizado por Lefebvre e sua equipe do Institut de Sociologie Urbaine (I.S.U.) foram estudados qualitativamente esses assentamentos, desde sua forma, seus habitats, sua dinâmica produtiva e de vida cotidiana, à palavra de seus habitantes. O que se pode apreender das tipologias concebidas pelo Movimento, INCRA ou ITESP (SP)? E o seu presente? Qual a relação entre a tipologia dos habitats e a participação dos moradores na organização do assentamento e no Movimento? O que eles traziam do vivido e os levavam a outras escolhas? O que a definia?

Os resultados da tese serviram para compreender que o óbvio para o concebido, inclusive o nosso, nem sempre corresponde às necessidades e sonhos dos usuários. Muitos destes eram gerados pela cultura, influências das referências do vivido e a

política dos coletivos que definiam as opções estudadas. O conhecimento adquirido durante esse período é aplicado na atualização da metodologia de atuação nos assentamentos rurais assistidos pelo DARQ. A partir de então o GERAH é formalizado, dando continuidade às ações de assistência técnica, conforme apresentado a seguir.

## 2.3 Extensão X Pesquisa X Ensino (2002 A 2016)

### *Projetos novos de habitat e habitação (2002 a 2006)*

Nesse período, a assessoria do GERAH se destaca por sua inserção no processo produtivo, com experiências concretas, que possibilitaram uma retroalimentação de seus primeiros procedimentos com projetos e, em seguida, formulações teóricas. O acordo de cooperação firmado com o INCRA em 2004 e a inclusão de militantes do MST na coordenação da parceria foram fundamentais para o desenvolvimento desta etapa.

A primeira assessoria pós tese ocorreu entre 2002 e 2004 no assentamento Maria da Paz, localizado no município de João Câmara-RN. Em 2002, durante seu acampamento, foram desenvolvidas propostas preliminares que antecederam o trabalho de extensão e pesquisa.

Estes contemplaram o planejamento em diversas escalas, incluindo o ambiental, com o apoio de vários especialistas, curso para pedreiros, além do acompanhamento frequente do processo construtivo das habitações, em regime de mutirão assistido pelo GERAH, Movimento e apoio do INCRA. Procurando atingir os aspectos plenos do habitat, foi desenvolvida uma experiência pioneira de esgotamento sanitário coletivo com reuso das águas residuais para irrigação.

No que se refere ao parcelamento do solo, pela primeira vez, procurava-se a interação entre parâmetros ambientais, organizativos, urbanísticos e populares, buscando alternativas para a produção, baseada numa abordagem agroecológica e de desenvolvimento sustentável. Dessa forma, o projeto apresentava respostas às características do modo de vida das famílias do campo e das concepções políticas e organizativas do MST: distribuição dos lotes de habitação e de produção conforme os núcleos de organização; respeito às especificidades do campo: projeto para o caminho do gado ou ampliação da cozinha de dimensões compatíveis com o padrão de habitação social urbana, mas insuficientes para o rural.

O trabalho de concepção de todas as experiências desta etapa foi participativo, envolvendo assentados e militantes em todos os momentos.

Quanto à sistematização da produção habitacional, dava-se de forma didática, como a organização de almoxarifado; planejamento de compras (com redução de custos); controle de materiais; e possibilidade de participação das mulheres, por exemplo. Tinha-se como objetivo, a longo prazo, a autogestão, a partir da apropriação do saber técnico-científico, tanto nos cursos de pedreiro (primeira experiência com apoio do SENAR) ou de mutirantes (pelo GERAH), como na organização das equipes

de pedreiros, de almoxarifado, de compra de materiais, dentre outras. Quanto às equipes de produção das habitações, no Maria da Paz foram formadas em linha de balanço (quando se terminava uma etapa, passava-se para a seguinte em outra casa). No entanto, a partir do Resistência Potiguar I (2005-6), substituiu-se por etapas (com equipes permanentes), mais fácil de ser assimilada pelos mutirantes. Em momentos de conflito, em todas as experiências, foi adotada a cooperação entre amigos.



Figura 1 – Assessoria técnica ao MST para parcelamento do solo e planejamento e construção do habitat do assentamento Maria da Paz entre 2002 e 2006. Fonte: GERAH, 2018.

### *Projetos de melhorias e reformas de habitação (2008 a 2010)*

Após várias experiências de assessoria técnica para concepção e execução de projetos de parcelamento do solo, do habitat e de habitações em assentamentos recém-criados, surge a necessidade de atender áreas antigas, cujas moradias haviam sido construídas por construtoras ou pelos próprios assentados, sem acompanhamento técnico ou preocupação com aspectos organizativos, culturais e de qualidade ambiental. A situação conjunta dessas habitações era, em sua maioria, precária.

Assim, a metodologia foi adaptada à autogestão e ações coletivas para os projetos de melhoria de habitações antigas, tendo o desafio de lidar com os conflitos entre as expectativas da base e das militâncias do MST; os condicionantes técnicos, ambientais, financeiros e políticos; além das diferenças individuais, dificultando o trabalho coletivo.

Entre 2007 e 2010, o GERAH desenvolveu assistência técnica ao projeto de melhoria/reforma das habitações antigas e acompanhamento do processo construtivo, alguns em mutirão e outros por autoconstrução. Em todas, com compra de materiais e almoxarifado coletivo.

Para o seu desenvolvimento, eram feitos levantamentos técnicos, sobre as condições de habitabilidade das moradias (segurança estrutural; salubridade; atendimento às necessidades das famílias), bem como entrevistas sobre os sonhos dos assentados para melhoria de suas casas. Após o desenvolvimento desses projetos, havia a avaliação pelas famílias e a elaboração de um parecer técnico para garantir o cumprimento das especificações e a apropriação da proposta pelos moradores. O dossiê era composto por: projetos técnicos de reforma/ampliação; planilhas de orçamento e quantitativos de materiais explicativos; memorial descritivo-justificativo. Colaborava com o acompanhamento e fiscalização da construção.

### *Projetos novos de habitat e habitação com a CEF (2008 a 2011)*

A partir de 2008, a Caixa Econômica Federal (CEF) insere-se na parceria no papel de agente financiador. O crédito do INCRA destinado às habitações é repassado a essa instituição, que o complementa. A liberação desse montante fica condicionada aos normativos da CEF.



Figura 3 –Assessoria técnica para planejamento e construção do habitat de assentamentos financiados pela CEF entre 2008 e 2012. Fonte: GERAH, 2018.

Dada a demanda frenética das negociações dos movimentos (entre eles e dentro deles) com o Governo Federal pelo limitado número de unidades habitacionais a serem financiadas, a assessoria se restringe à concepção dos projetos do habitat, das habitações e acompanhamento da construção. Muitos dos projetos propostos são retirados pelos assentados devido à demora das decisões governamentais. A maioria é realizada sem o acompanhamento de seus autores, outros são modificados sem seu conhecimento. Perde-se o controle das etapas para além do projeto da casa, ganha-se na qualidade técnica exigida. No RN o MST conseguiu aprovação para dois assentamentos: Bernardo Marim (Pureza-RN) e Roseli Nunes (Ilmo Marinho-RN), ambos assessorados pelo GERAH. As demais aprovações de melhorias/ampliação, foram destinados a outros movimentos.

As especificidades dos normativos do novo agente exigiam a adaptação da metodologia do Grupo. Os ajustes iniciam com a obrigatoriedade de um trabalho social, formulado com o MST para reforçar o envolvimento das famílias na construção, através de curso de mutirão e formação de equipes para gestão do processo. Introduziu-se oficinas de embelezamento do assentamento, ocorrendo em dois momentos a demarcação de passeios e a construção de mobiliário coletivo nas áreas livres, com o uso de materiais não convencionais.

O GERAH adota novo papel no processo. Além da coordenação das atividades, orienta os profissionais por ele selecionados para acompanhamento técnico da construção das habitações. No mais, passa a mediar os conflitos e entraves entre assentados/MST e CEF, gerados, sobretudo, em decorrência das exigências ao cumprimento das normativas (pouco transparentes e dirigidas para outro público), que resultaram em diversas paralisações do processo e desmobilização do grupo. Assim, o GERAH também assume a “articulação social”, colaborando diretamente com o Movimento na busca por soluções e estratégias técnicas, organizativas e políticas.

Em diversos momentos foi necessário ampliar o debate e o número de reuniões entre a direção do MST e o GERAH para esclarecimento das responsabilidades de cada agente, bem como justificar algumas insistências feitas pela assessoria técnica, visando o cumprimento do cronograma de obra, consequências contratuais da CEF e não da aplicação da metodologia de trabalho em si.

O mutirão também sofreu adaptações durante o andamento das obras: adequação às necessidades técnicas e organizativas - configuração do canteiro; rearranjo entre etapas e de equipes de construção - para driblar os conflitos do processo, sobretudo entre os mutirantes e a CEF. Com o acréscimo do período da obra, o acompanhamento da assistência técnica e do movimento tornou-se onerosa, sendo assegurada devido o apoio da Universidade.

### *Projetos de espaços livres públicos (2011 a 2014)*



Figura 3 – Assessoria técnica para projeto e construção do espaço livre do assentamento Rosário entre 2011 e 2014. Fonte: GERAH, 2018.

Em todos os projetos de habitats desenvolvidos com a assessoria do GERAH destacou-se a importância da qualificação dos espaços livres. No entanto, nenhum programa ou política destina recursos para essas áreas, sequer o MST considera fundamental, dada as necessidades de produção e moradia.

A partir da reflexão sobre as necessidades e potencialidades de desenvolvimento desses espaços em assentamentos, com a intenção de construir referências para outros assentamentos do Movimento, entre 2011 e 2013, o GERAH trabalhou com assessoria ao projeto e execução de um espaço público, no assentamento Rosário (Ceará Mirim/RN). A experiência pioneira foi realizada a partir de um programa de extensão, financiado pelo MEC, e teve a participação de professores e pesquisadores de diversas áreas. A proposta teve como norteadores o diálogo entre os saberes técnicos e populares e o direcionamento das ações da Universidade para a melhoria das condições de vida de comunidades rurais, atuando através das frentes cidadania,

gênero e geração, meio ambiente e planejamento e projeto de espaços públicos.

A realização do trabalho se deu a partir de uma gestão compartilhada e de oficinas multidisciplinares, onde foram elaborados, de forma participativa, além dos projetos de qualificação dos espaços livres e indicações de reforma e construção de equipamentos e mobiliário, também quatro oficinas de capacitação para apreensão e aplicação das técnicas não convencionais para construção. Tais oficinas aconteceram em dois momentos: o primeiro, quando os integrantes do GERAH apresentavam as propostas, expondo e adaptando tanto a técnica construtiva, como sua forma de apresentação, incorporando as sugestões e discutindo as dificuldades encontradas pelos assentados. E um segundo momento, quando se deu continuidade à construção com o acompanhamento de monitores do próprio assentamento, contribuindo para o engajamento da comunidade, sem distinção de idade e gênero, fortalecendo o sentimento de pertencimento à experiência como beneficiário/usuário e, principalmente, como agente efetivo do processo.

Metodologicamente, além da utilização do “Desenho do possível”, o programa incorporou a inserção de tecnologias não convencionais de baixo custo e fácil apropriação pelos usuários. Percebeu-se que a aceitação desse tipo de tecnologia para espaços, equipamentos e mobiliários coletivos foi maior que as propostas para as habitações.

### *Possibilidades e perspectivas (2014 a 2016)*

A parceria entre o GERAH e o MST possibilitou a este autonomia para gerir os processos voltados à construção e/ou reforma de moradias em seus assentamentos. Apropriando-se do método, organiza equipes para fazer levantamento físico das habitações (no caso das reformas); contrata os projetos e orçamentos; faz a gestão da compra de materiais e organização da obra.

Atualmente, já reconhece a importância do papel técnico dos profissionais para projeção e acompanhamento da construção. Assim, contrata assessores e por meio de sua própria gestão, coordena a assistência técnica para a construção de 16 habitações no assentamento Maria das Graças II (Senador Elói de Souza-RN) e melhoria de 60 habitações do Complexo Arizona (João Câmara-RN). Como os profissionais contratados para prestar assistência técnica e social já tinham experiência com a metodologia do GERAH, o processo de desenvolvimento dos projetos e levantamento da situação das moradias antigas foi realizado de forma participativa, buscando a construção autogerida. No entanto, após discussões e avaliações sobre a força de trabalho qualificada para o processo de construção nesses assentamentos, presume-se que o melhor arranjo de gestão será na forma de administração direta. Esse modelo possibilita que seja formada uma equipe de mão de obra, gerida pelo Movimento e contratada no próprio assentamento. Possivelmente, parece ser o momento de viabilizar a proposta das “brigadas de construção” já idealizada em 2005.

### 3 | AVANÇOS E ENTRAVES

O decorrer da trajetória de construção e atuação da metodologia “O Desenho do Possível” possibilitou avanços, mas também entraves, a todos os agentes envolvidos nas experiências relatadas neste trabalho: INCRA/RN, MST e GERAH/UFRN.

A relação do GERAH com INCRA/RN variou conforme os princípios políticos e ideológicos do gestor que se encontrava à frente da instituição. Pela primeira vez demonstrou-se à autarquia a possibilidade de realizar o planejamento, concepção e execução do espaço físico do assentamento, de modo distinto às suas próprias práticas. Primeiro, partindo de um planejamento em três escalas: macro (assentamento como um todo), habitat e habitação. Segundo, pelas possibilidades de contribuições do arquiteto e urbanista no planejamento de seus assentamentos, inserindo novos parâmetros ambientais, produtivos, sociais e elementos específicos da Arquitetura e do Urbanismo, dos projetos participativos. Em terceiro, o processo educativo da organização da obra e a inserção do mutirão assistido como alternativa à prática tradicional de contratação de construtoras/empreiteiras. Como resultado, foram produzidos espaços físicos com qualidade arquitetônica e ambiental, conseqüentemente proporcionando melhores condições de vida e moradia aos assentados.

Ademais, realizou-se uma sistematização e adequação técnica do procedimento para as ações de reforma/melhoria das habitações, além da exigência do “registro de responsabilidade técnica” (RRT/ART) para todos os projetos (2007). Houve o aumento do valor financeiro destinado à construção da habitação (crédito implantação: aquisição de material de construção) e melhor detalhamento dos normativos que tratam da implantação dos assentamentos.

Em 1994, no início da assessoria técnica do GERAH/UFRN ao INCRA/RN, o normativo em vigor que tratava dessa matéria correspondia à Instrução INCRA/Nº 44/91, destinando R\$ 2.000,00 por família para a construção da habitação e nenhum detalhamento voltado para a questão técnica. Em 2005, no decorrer da assessoria ao assentamento Maria da Paz, demonstrou-se que o recurso destinado à construção das habitações (R\$3.000,00) era insuficiente. Como iniciativa do INCRA/RN, a apresentação daquela experiência conseguiu reajustar aqueles valores, passando para R\$ 5.000,00 reais/família (Instrução Normativa Nº 19/2005). Em 2007, já na assessoria à reforma/melhoria das habitações, a Direção de Desenvolvimento dos Assentamentos do INCRA Nacional enviou um assessor jurídico que viabilizou, pela primeira vez, a remuneração à assistência técnica, conforme os parâmetros propostos pela assessoria do GERAH. Como conseqüência, os normativos se tornaram mais detalhados, incorporando aspectos técnicos: recurso e “responsável técnico” ao projeto e execução da moradia.

Ainda em 2007 o INCRA nacional, com a consultoria do GERAH, realizou a “Oficina habitat do campo” para um Programa sobre a temática. No entanto, as medidas propostas nunca foram postas em prática. A falta de infraestrutura física e

humana do órgão dificulta a implementação de ações que melhorem as condições de vida em seus assentamentos, sobretudo nas questões referentes ao habitat e à habitação. Além disso, há uma dificuldade de compreensão dos seus técnicos das questões relativas à parceria.

No que diz respeito ao MST e sua base assentada, os avanços foram no sentido de vivenciar mais uma prática social emancipatória, como o mutirão. O processo buscou a capacitação dos assentados para a gestão e construção dos assentamentos para além da qualificação profissional na construção civil, com a proposta de cursos para mutirantes. Esse representou o caminho trilhado para a busca da autogestão. Atualmente, verifica-se que o Movimento formula suas possibilidades, contratando profissionais para suas próprias gestões, como complemento às ações de organicidade defendidas pelas suas lideranças.

Em relação aos princípios voltados à organização dos assentamentos do MST, contribuiu com novos parâmetros, especificamente para o desenho dos seus habitats concentrados e a reflexão sobre a importância do seu papel.

Por fim, para o GERAH/UFRN, significou uma oportunidade de atuação conjunta entre ensino, pesquisa e extensão, trazendo para o ensino novas perspectivas de conhecimento interdisciplinar. Já a relação entre a pesquisa e a extensão, formula e reformula, a cada experiência, parte de sua atuação. Além disso, um dos principais avanços constituiu a incessante busca pelo enfrentamento e administração dos conflitos gerados entre o saber técnico e o popular, entre o desejo de mudança e os vícios adquiridos no vivido, por disputas entre os interesses particulares em detrimento do coletivo.

#### 4 | CONSIDERAÇÕES

Diante do exposto, percebe-se que “O Desenho do Possível” é uma metodologia com enfoque participativo, educativo e com perspectiva transformadora. Para além da assessoria técnica na área correlata da Arquitetura e Urbanismo, disponibiliza elementos para que os agentes utilizem os novos conhecimentos de forma articulada em busca de transformação.

Em relação aos movimentos sociais, almeja contribuir com a autogestão dos seus processos. Essa busca exige uma constante demanda por elementos e estratégias para tratar e compreender os conflitos, limitações e potencialidade das ações do movimento social. Há nesse processo uma importante troca de experiência entre o saber técnico e popular, onde, muitas vezes, se sobressaem as decisões dos assentados, como, por exemplo, a opção por materiais tradicionais, ao invés de alternativas tecnológicas. Todavia, reconhece-se que também há limites no saber popular, visto que suas referências culturais, por vezes, não correspondem aos requisitos técnicos mínimos, da mesma forma como alguns arranjos e soluções técnicas não são satisfatoriamente

assimiladas pelos assentados.

No que se refere à Lei de Assistência Técnica, entende-se ser um instrumento possível aos profissionais da Arquitetura e Urbanismo para atuação junto aos movimentos sociais, sobretudo no campo. Às instituições do poder público, um instrumento para viabilizar, não só a assistência técnica, como também procedimentos pedagógicos que permitam uma transformação social dos seus beneficiários. Contudo, tomando por base as experiências vivenciadas, algumas dificuldades ainda são notáveis: falta de infraestrutura de entidades organizadoras formadas por movimentos sociais; falta de interesse dos profissionais; contrato de risco; e baixa remuneração.

Percebe-se, assim, que a forma como a referida Lei foi viabilizada pelos agentes da política de habitação social, ainda não condiz com a capacidade de atuação dos movimentos. Assim, alguns aspectos podem ser levados à discussão: ainda que exista um programa destinado para trabalhadores rurais organizados de forma coletiva, por uma Entidade Organizadora, e recursos para a assistência técnica, de que forma os movimentos sociais e suas entidades organizadoras podem se estruturar e desenvolver a gestão com qualidade técnica e princípios políticos e transformadores? As dificuldades ainda continuam. Logo, até que ponto essas dificuldades não representam um favorecimento às entidades organizadoras da esfera privada? E como estas, por sua vez, podem suprir as reais necessidades dos assentados, de forma a considerar suas referências culturais, organizativas e ideológicas?

Por fim, é importante destacar que, além das experiências citadas, muitos foram os projetos de assentamentos assessorados pelo GERAH. Todos contribuíram para o desenvolvimento e aprimoramento de sua metodologia. Numa perspectiva participativa, abriu-se um campo de atuação de arquitetos e urbanistas, engenheiros e tecnólogos em áreas de assentamentos rurais coordenados por movimentos sociais do campo, quase até então inexistente.

No entanto, o tempo dedicado a essas ações e estudos requer incentivo por parte das universidades e do Estado que, na atualidade, é ínfimo. São também poucos os caminhos para que as novas gerações aprendam e possam utilizar seu saber técnico para transformar as periferias das cidades e as áreas improdutivas do campo em imensos canteiros de mutirões de assistentes técnicos comprometidos com as causas sociais pois, conforme as palavras de Lefebvre: *“As estrelas só brilharão à noite, enquanto o homem não houver transformado este dia e esta noite”*. (LEFEBVRE, 1961, p. 348, tradução nossa).

## REFERÊNCIAS

BORGES, Amadja. **A moradia enquanto instrumento de aproximação entre as bandeiras de lutas dos movimentos do campo e da cidade.** In LEAL, Suely. LACERDA, Norma (org.) *Novos Padrões de Acumulação Urbana na Produção do Habitat: Olhares Cruzados Brasil-França*, org. Suely Leal, 415-434. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

BORGES, Amadja Henrique. **O desenho do possível: A UFRN e o MST na construção de um projeto-referência de assentamento de reforma agrária.** In: ANDRADE, Ilza Araújo Leão de (org.). *Metodologia do trabalho social: a experiência da extensão universitária*, org. Ilza Araújo Leão, 57-71. Natal: EDUFRN Editora da UFRN, 2006.

BORGES, Amadja Henrique. **MST: Habitats em movimento.** 2002. 114 f. Tese (Doutorado), Faculdade de Arquitetura, Universidade de São Paulo, 2002.

CERQUEIRA, Maria Cândida Teixeira de Cerqueira. **A Assistência Técnica nos Habitats do MST e o Papel do Arquiteto e Urbanista.** 2009.217p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU), Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2009.

GOHN, Maria da Glória. **História dos movimentos sociais: a construção da cidadania dos brasileiros.** São Paulo: Edições Loyola, 1995.

IANNI, Octávio. **A luta pela terra.** Petrópolis: Vozes, 1978.

MARTINS, José de Souza. **A chegada do estranho.** SP, Hucitec, 1993.

MEDEIROS, Cecília Marilaine Rego de. **Mutirão X Organicidade: Reflexões sobre os processos de construção coletiva dos habitats dos assentamentos rurais coordenados pelo MST no RN.** 114 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. **Integrar para não entregar.** SP, EDUSP, Contexto, 1990.

Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-85107-60-4

